



CENTRO BRASILEIRO DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

BRAZILIAN CENTER FOR
INTERNATIONAL RELATIONS

Relatório Reunião Núcleo Energia – 14/11/2017

O Núcleo de Energia do CEBRI promoveu o seminário Perspectivas para Inserção de Gás na Matriz Energética, com a participação de Elena Landau (economista, advogada e ex-Presidente do Conselho de Administração da Eletrobrás), Rodrigo Costa Lima (Gerente Executivo de Gás Natural da Petrobras) e Adriano Pires (economista e Diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura – CBIE), com moderação de Clarissa Lins, Sócia Fundadora da Consultoria Catavento e *Senior Fellow* do CEBRI.

As discussões abrangeram os desafios enfrentados pelos setores de energia elétrica e gás natural, buscando gerar recomendações propositivas para a melhor integração entre os setores no médio prazo – reconhecendo o gás natural como combustível de transição para uma matriz com maior participação de fontes renováveis.

Consulta Pública 33 e a privatização da Eletrobrás

Entre os principais pontos abordados, destaca-se o momento atual de redefinição de prioridades no setor elétrico brasileiro, evidenciadas na proposta de privatização da Eletrobrás, bem como na Consulta Pública nº 33 (CP33) de julho de 2017. A CP33, além de abordar temas críticos para o setor elétrico, tais como risco hidrológico, administração de reservatórios e descotização, começa a abordar novas tendências globais como geração distribuída.

Dada sua relevância, a privatização da Eletrobrás tem ganhado mais relevância do os demais temas incluídos na Consulta Pública. Nesse sentido, entende-se que a concretização do processo de privatização da Eletrobrás depende da resolução de uma série de questões pendentes: a privatização prévia de distribuidoras historicamente deficitárias, cuja dívida será absorvida pela própria



CENTRO BRASILEIRO DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

BRAZILIAN CENTER FOR
INTERNATIONAL RELATIONS

Eletrobrás; a definição do destino das usinas de Angra e de Itaipu – ambas as quais apresentariam questões jurídicas complexas, sendo esta última regida por lei específica; bem como o detalhamento das regras relativas ao processo de pulverização de capital.

A privatização da Eletrobrás foi apontada como um passo fundamental para a reestruturação do setor elétrico, gerando ganhos em eficiência e podendo estimular a participação relevante de novos atores no setor. Por outro lado, manifestou-se preocupação em relação à motivação primordialmente fiscal da privatização – com impacto potencial sobre sua modelagem – bem como em relação aos aspectos de governança, tal como o grau de controle a ser mantido pelo Governo Federal, por meio da *golden share*. Em conclusão, dado o elevado grau de incerteza ainda prevalecente, o debate privilegiou o caráter inédito da decisão do governo e não os detalhes da operação.

Perspectivas para o futuro do gás natural no Brasil

Após breve panorama sobre a cadeia produtiva do gás natural, abrangendo as etapas de produção (considerando a complementação da oferta nacional com importações), tratamento, transporte e comercialização, indicou-se a necessidade de conduzir uma série de aperfeiçoamentos estruturais para promover a maior integração entre os setores de gás natural e energia elétrica.

Não obstante, observou-se crescimento expressivo do setor nos últimos anos, associado principalmente à descoberta do pré-sal – com a oferta nacional ultrapassando o patamar de 50 MM m³/d ao final de 2016. Desta forma, observou-se aumento significativo da participação do gás natural na matriz energética nacional, de 5% em 2000 para 14% em 2015, podendo assim suprir parte do aumento da geração de energia termoelétrica. Também foram destacadas positivamente grandes extensões observadas na malha logística e



CENTRO BRASILEIRO DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

*BRAZILIAN CENTER FOR
INTERNATIONAL RELATIONS*

de transportes nos últimos anos, associadas a elevados investimentos realizados pela Petrobras.

O setor apresenta, portanto, perspectivas de crescimento expressivo até 2030, principalmente associado à expansão da demanda do mercado térmico, com projetos de termelétricas já incluídos no planejamento energético. Entretanto, salientou-se o caráter extremamente volátil do mercado térmico – quando utilizado para balancear a intermitência de novas renováveis tais como solar e eólica -, que pode apresentar desafios ao suprimento da oferta a partir do gás do pré-sal. Tal desafio seria imposto pela associação do gás ao óleo do pré-sal e que, portanto, necessita de um fluxo de demanda contínua para não gerar gargalos na produção de petróleo. Dito isso, vê-se que a oferta interna de gás requer um planejamento da demanda firme por este energético, associado a uma sinalização adequada de preços.

Em relação às importações de gás natural, cujo pico foi observado em 2014, suas fontes principais resumem-se ao GNL importado e processado em terminais de regaseificação e ao gás natural boliviano importado pelo gasoduto Brasil-Bolívia, cujo contrato vigora até 2019. Neste ponto, frente a indagações sobre possível risco à autonomia, soberania e segurança energética brasileira colocados pelas importações de gás, reiterou-se que o Brasil possui atualmente capacidade de suprir o mercado nacional mesmo sem a oferta de gás boliviano, dado que os terminais de GNL operam em períodos de pico utilizando apenas cerca de 50% de sua capacidade. Por outro lado, há hoje excesso de oferta de gás GNL no mercado internacional.

Destacou-se, finalmente, a importância de promover maior harmonização entre os setores elétrico e de gás natural, a partir de um regime mais previsível de despacho, da sinalização correta de preços para o setor elétrico e da unificação de leilões de energia. Neste sentido, o desenho do mercado de gás natural deveria considerar as características e necessidades do setor elétrico, com o

custo do atendimento a estes requisitos sendo reconhecido e remunerado pelo setor elétrico. Recomendou-se, ainda, que a governança da maior integração entre ambos os setores seja determinada pelo Ministério de Minas e Energia.

Há oportunidade clara para que o gás exerça um papel de energia firme na matriz elétrica brasileira, desde que as operadoras de óleo e gás sinalizem o volume de gás a ser disponibilizado. Por outro lado, pode também haver parte do gás sendo ofertado de maneira intermitente, fazendo jus a outro sistema de precificação.

Mudanças legais e regulatórias no setor de gás natural

As discussões abrangeram, ainda, perspectivas sobre o futuro da regulação do setor de gás natural – em particular, analisando os pontos positivos e negativos apresentados pelo substitutivo ao Projeto de Lei 6.407/2013, baseado em insumos do programa Gás para Crescer.

O objetivo de abrir o setor de gás à participação de novos atores, com regras de acesso à infraestrutura de transporte e a intenção de desenvolver o mercado livre, foi visto como positivo. Há, todavia, alguns itens que ainda não representam consenso – notadamente no que diz respeito à autonomia estadual para regular o futuro consumidor livre – e que requerem maior diálogo entre as partes para se chegar a um bom entendimento.

A recomendação é que as mudanças propostas não representem quebra de contratos existentes, estimulem a entrada de novos atores a partir dos desinvestimentos da Petrobras, não gerem conflitos de alçada regulatória nem riscos de judicialização.